

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DE PREGÃO PELA INTERNET

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino.

### DADOS DO INTERESSADO:

Nome.....

RG.....cargo/função.....

Empresa.....

Endereço.....

CNPJ ..... CEP .....

Bairro ..... Cidade ..... Estado .....

Fone.....fax.....obs.....

E-mail: .....

O adquirente, acima qualificado, que subscreve o presente, declara, por este e na melhor forma de direito, que CONFERIU E RETIROU, toda a documentação referente ao **Pregão n.º 22/2020**, atestando que foram fornecidas todas as informações necessárias e suficientes para elaboração da proposta comercial, bem como dos documentos necessários para habilitação.

\_\_\_\_\_  
Ribeirão Pires, .....de .....2020.

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações, por meio do fax (11) 4828-9865 ou pelo e-mail [licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br)

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

**PREGÃO N.º22/2020**

**Processo de Compras n.º: 739/2020**

**Objeto:**Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino.

**Repartição Interessada:** Secretaria de Educação

**Tipo:**MENOR PREÇO POR ITEM/QUILÔMETRO RODADO

**Data de recebimento dos envelopes: 18/03/2020 às 09:30 horas**

**Data de abertura dos envelopes: 18/03/2020 às 10:00 horas**

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, através de sua Secretaria de Educação, fará realizar na sala de reuniões da Secretaria de Administração e Modernização situado na Rua Miguel Prisco nº 288, Paço Municipal, Centro, na cidade de Ribeirão Pires - SP, licitação na modalidade **PREGÃO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM/QUILÔMETRO RODADO**, conforme anexos, para Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino.

O presente Pregão será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal n.º 5.269/03, e com as normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

**ANEXO I** – Modelo da Proposta e Planilha de Quantidades;

**ANEXO II**- Termo de Referência;

**ANEXO III** – Roteiro;

**ANEXO IV**– Modelo de documento de credenciamento de representante da empresa a ser apresentado pelos interessados para participação na presente licitação;

**ANEXO V** - Declaração Prévia de Habilitação;

**ANEXO VI**- Modelo de Declaração de ME e EPP;

**ANEXO VII** – Modelo de Declaração;

**ANEXO VIII** – Modelo de Atestado de Visita;

**ANEXO IX** - Modelo de Declaração da licitante que tem conhecimento do local onde será executado os serviços, de suas peculiaridades e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura não existindo nenhuma dúvida sobre o trabalho a ser executado;

**ANEXO X** – Minuta de Termo de Contrato;

**ANEXO XI** – Termo de Ciência e de Notificação;

**ANEXO XII** – Decreto de nomeação do pregoeiro e comissão de apoio.

Os interessados em obter cópia do edital e respectivos anexos deverão acessar o site da Prefeitura: [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br).

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem como objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino**, para contrato pelo período de 12 (doze) meses, a partir da emissão da “ordem de serviços”, emitida pela Prefeitura.

1.1.1. Os serviços serão executados em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, por quilometro efetivamente rodado, com veículos, motoristas e monitores de transporte escolar, devidamente legalizados e habilitados, de acordo com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas em vigor.

1.1.2. O objeto contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões do valor inicial, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

## 1.2 Dos veículos

1.2.1. Para a realização dos serviços será necessário que a contratada disponibilize veículos: **a)** com capacidade mínima para 15 passageiros/alunos por rotas, com utilização de veículos modelo Van (Período – Manhã/Tarde); **b)** com capacidade mínima para 20 passageiros/alunos por rotas com veículos modelo Micro-ônibus (Período – Manhã/Tarde/); e **c)** com capacidade mínima para atender 40 passageiros/alunos por rotas (Período – Manhã/Tarde) com veículos modelo Ônibus.

1.2.2. Todos os veículos utilizados pela contratada deverão:

“Ônibus rodoviário”, com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros mais motorista e monitor para cada, ano de fabricação não inferior a 2010, ou seja, veículos com no máximo de 10 (dez) anos de uso. Deverá apresentar vistoria dos órgãos competentes (Ciretran/Detran/Inmetro) e atender as Normas Técnicas da Associação Brasileira (ABNT), com motorista. Deverá ter os itens: **Segurança:** Câmera filmadora interna, poltronas fixas equipadas com cintos de segurança individuais, assentos estofados. **Piso do veículo:** deve ser recoberto com material antiderrapante e antipropagador de chamas não deve absorver água, este piso não pode apresentar desníveis ou vãos que dificultem o movimento do aluno.

“Van”, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros mais motorista e monitor para cada, ano de fabricação não inferior a 2010, ou seja, veículos com no máximo de 10 (dez) anos de uso. Deverá apresentar vistoria dos órgãos competentes (Ciretran/Detran/Inmetro) e atender as Normas Técnicas da Associação Brasileira (ABNT), com motorista. A Van deverá ter os itens: **Segurança:** Câmera filmadora interna, poltronas fixas equipadas com cintos de segurança individuais, assentos estofados. **Piso do Veículo:** O piso deve ser recoberto com material antiderrapante e antipropagador de chama, não deve absorver água e não deve ter tiras metálicas sobre este piso, exceto acabamento. Todos os campos devem ser arredondados, este piso não pode apresentar desníveis ou vãos que dificultem o movimento do aluno.

“Micro-ônibus”, com capacidade mínima de 20 (vinte) passageiros mais motorista e monitor para cada, ano de fabricação não inferior a 2010, ou seja, veículos com no máximo de 10 (dez) anos de uso. Deverá apresentar vistoria dos órgãos competentes (Ciretran/Detran/Inmetro) e atender as Normas Técnicas da Associação Brasileira (ABNT). Deverá ter os itens: **Segurança:** Câmera filmadora interna, poltronas fixas equipadas com cintos de segurança individuais, assentos estofados. **Piso do Veículo:** O piso deve ser recoberto com material antiderrapante e antipropagador de chama, não deve absorver água e não deve ter tiras metálica sobre este piso, exceto acabamento. Todos os campos devem ser arredondados, este piso não pode apresentar desnível ou vãos que dificultem o movimento de alunos.

1.2.2.1. Para efeito do estado de conservação dos veículos, levar-se-á em conta as condições dos pneus, da lataria, da mecânica, bem como a limpeza e higiene dos veículos.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

1.2.2.2. Seguro de responsabilidade civil de terceiros com coberturas para danos materiais de ao menos R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e seguro de acidente pessoal de passageiros de ao menos R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com apresentação de apólice.

1.2.2.3. Todos os veículos, sem exceção, deverão ter o sistema GPSR instalado a fim de quantificar a quilometragem rodada. A contratada deverá disponibilizar e instalar no Setor de Transporte da Secretaria de Educação, software de controle gerencial, onde seja possível a emissão de relatórios em tempo real, identificando a quilometragem rodada em cada percurso/trajeto de cada veículo, quantidade de paradas e localização via satélite do veículo.

1.2.2.4. Todos os veículos, sem exceção, utilizados nos transportes, deverão ser identificados de acordo com a Lei Municipal nº 6.342 de 14 de maio de 2019.

1.2.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes com combustíveis, motoristas, monitores, manutenção, conservação e custos com apólice de seguros de responsabilidade civil e contra terceiros dos veículos utilizados nos transportes, bem como todas as despesas de natureza previdenciária, tributárias, administrativas, trabalhistas e civis decorrentes;

1.2.4. Em todos os trajetos a empresa contratada deverá disponibilizar, em cada veículo, um monitor devidamente identificado através de crachá funcional, para acompanhar o embarque e desembarque dos escolares. O salário do monitor escolar deverá ter base o salário mínimo federal, ficando expressamente proibida a contratação terceirizada dessa mão-de-obra.

1.2.5. Os motoristas deverão estar uniformizados e devidamente identificados através de crachá funcional;

1.2.6. Todos os motoristas deverão possuir habilitação contendo curso de transporte de escolares e transporte coletivo de passageiros.

1.2.7. A contratada deverá substituir, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, o veículo que for considerado impróprio para o transporte, qualquer que seja;

1.2.8. A contratada deverá substituir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, o motorista ou o monitor cuja permanência no serviço for julgada inconveniente pela Secretaria da Educação;

1.2.9. A contratada deverá apresentar relação de todos os veículos necessários para a execução dos serviços, contendo descrição, ano de fabricação, marca, modelo, números de placas, dados do motorista e monitor, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;

1.2.10. Deverá a contratada, ainda, apresentar relação contendo o nome de todos os motoristas e monitores a serem disponibilizados para a realização dos serviços, acompanhada por cópia autenticada da CNH – Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D” e prova do cumprimento de exigência da Resolução nº 789/1994;

1.2.11. A Contratada poderá terceirizar a locação de veículos, desde que previamente comunicado à Secretaria de Educação e por ela autorizado.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar da presente licitação exclusivamente pessoas jurídicas que atenderem as exigências deste edital.

### **2.2. Participação sob forma de consórcio:**

2.2.1. As empresas constituídas sob forma de consórcio deverão observar o seguinte:

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- a) Apresentar o compromisso por escritura pública ou documento particular, subscrito pelos consorciados, discriminando a empresa líder, bem como o percentual de participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles, tanto na fase da licitação quanto na de execução do contrato dela eventualmente decorrente;
- b) Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para os fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria diferente da de seus integrantes;
- c) O prazo de duração de consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de garantia contratual;
- d) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos itens 6.3.1; 6.3.2; 6.3.3 e 6.3.4 do edital por parte de cada consorciado;
- e) Para efeito de qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá comprovar sua qualificação na proporção de sua respectiva participação;
- f) Para efeito de qualificação técnica, será válido o somatório dos quantitativos de cada consorciado ou a apresentação isolada por um único consorciado;

2.2.2. Se a licitante vencedora tratar-se de empresas consorciadas, ficará obrigada a promover, antes da celebração do contrato, o registro do consórcio.

2.2.3. A empresa indicada como Líder no consórcio será a representante junto ao Pregoeiro, para os efeitos de comunicações, diligências ou avisos, seja ao consórcio ou as empresas dele integrante, com poderes específicos para receber as instruções em nome de todos os demais membros, sendo a responsável legal e global pela execução do Contrato.

2.2.4. As alterações na constituição ou composição do consórcio deverá ser submetida à anuência e aprovação da PMETRP, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original.

2.3. A licitante, através de profissional devidamente credenciado, **poderá visitar os locais para prestação de serviços (Anexo VIII)**, para avaliar suas condições operacionais, locais, ambientais e demais informações pertinentes ao objeto desta licitação, a partir do primeiro dia útil posterior à publicação do edital até um dia anterior a data da presente licitação. A visita é opcional e deverá ser agendada de forma individual, através do telefone (11)4823-4378, (Laurindo ou Cristina) no Setor de Transporte da Secretaria de Educação, ao qual, será fornecido “Atestado de Visita”, **que irá compor o envelope “Proposta”**.

2.3.1. A empresa que não desejar realizar a visita técnica deverá apresentar declaração, assinada pelo representante legal, de que está ciente das rotas a serem executadas, e cumprirá o objeto do presente edital, sob pena de inabilitação **(Anexo IX)**.

Observação: O Atestado de Visita ou a Declaração deverá compor o envelope “Proposta”.

2.4. Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

2.4.1. Sob processo de concordata ou falência, exceto empresa com plano de recuperação judicial homologada pelo Juiz;

2.4.2. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Ribeirão Pires;

2.4.3. Declaradas inidôneas.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## 3. DAS DATAS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. Os envelopes "PROPOSTA" E "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues, até o dia **18 de Março de 2020**, às **09:30 horas**, impreterivelmente, na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, n.º 288, Paço Municipal, Centro, na cidade de Ribeirão Pires - SP, onde serão protocolizados.

3.2. A abertura dos envelopes se dará no mesmo dia às **10:00 horas**, no mesmo endereço acima indicado, na sala de licitações, em ato público.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE DOCUMENTAÇÃO

### 4.1. DO ENVELOPE 01 "PROPOSTA DE PREÇOS"

O envelope 01 deverá conter a Proposta de Preços propriamente dita, bem como os demais documentos exigidos neste edital, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**ENVELOPE N.º 01**  
**PREGÃO N.º 22/2020**  
**ENVELOPE "PROPOSTA DE PREÇOS"**  
**PROPONENTE:.....**

### 4.2. DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTAÇÃO"

O envelope 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e regularidade fiscal, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
**ENVELOPE N.º 02**  
**PREGÃO N.º 22/2020**  
**ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO"**  
**PROPONENTE:.....**

## 5. DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO NAS SESSÕES

5.1. Aberta a sessão pública, a empresa deverá se apresentar para credenciamento perante o Pregoeiro, por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar do presente procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato do credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou qualquer outro documento oficial equivalente (**ANEXO IV**);

5.1.1. No ato do credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar Declaração Prévia de Habilitação (**ANEXO V**), “dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e entregará os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório”, em cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do Artigo 4.º da Lei Federal 10.520/02. A não apresentação desta declaração, desclassificará a proposta da empresa.

5.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.2.1. Instrumento Público de Procuração, pelo qual a empresa tenha outorgado poderes ao credenciado, para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas (lances verbais) e para recorrer ou desistir de recursos, com prazo de validade em vigor;

5.2.2. Instrumento Particular de Procuração, com firma reconhecida, pelo qual a empresa tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas (lances verbais) e para recorrer ou desistir de recursos;

5.2.3. Os Instrumentos relacionados nos itens 5.2.1 e 5.2.2 deverão estar acompanhados dos documentos a seguir arrolados, de forma a comprovar que a procuração foi feita por quem tinha poderes para tanto, bem como aferir se há pertinência e compatibilidade do objeto social da credenciada com o objeto licitatório, conforme segue:

5.2.3.1. Contrato Social ou Estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Empresária, e no caso de Sociedade Anônima acompanhado de documentos de eleição/designação de seus administradores (última Ata de Eleição);

5.2.3.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de Empresa Individual;

5.2.3.3. Inscrição de Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.2.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

5.2.3.5. Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser ainda, juntada cópia autenticada do instrumento de procuração, do qual não deve constar vedação expressa da possibilidade de substabelecer.

5.2.4. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, pelos documentos acima arrolados que comprovem estas qualidades, bem assim seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária das representadas;

5.4. Os documentos supracitados poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente e serão retidos pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a esta licitação;

5.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

5.6. Por ocasião do credenciamento dos representantes das empresas licitantes, a empresa deverá, para se submeter ao regime especial da Lei Complementar nº 123/06, apresentar além dos demais documentos já exigidos, declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte (**ANEXO VI**), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

5.6.1. A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.7. A falta da declaração comprobatória da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da presente licitação, mas tão somente dos benefícios da referida Lei Complementar nº 123/06.

5.7.1. Caso a licitante tenha pretendido se utilizar do benefício da regularidade fiscal em momento posterior e não tenha sido qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será na fase de habilitação, INABILITADA.

## 6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis, no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, com as respectivas identificações, contendo:

### 6.2. Do envelope N.º 01 – Proposta de Preços:

6.2.1. O envelope n.º 01 deverá conter a Proposta de Preços, nos termos do modelo constante do Anexo I.

6.2.2. A Proposta de Preços deverá indicar o(s) item(ns) ofertado(s), observadas as exigências estabelecidas neste instrumento, os respectivos preços unitários e totais expressos em algarismos, no qual a empresa se propõe a ofertar.

6.2.3. A Proposta deverá ser apresentada em única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, redigida em apenas uma face da folha, em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado e conterá:

a) Razão Social, endereço, CNPJ, telefone e fax.

b) Preço unitário por quilômetro, por item, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

c) O preço total da proposta, considerando-se o prazo do contrato pelo período de 12 (doze) meses;

d) para fins de elaboração da proposta de preços deverá ser considerada, na ponderação do valor por quilômetro percorrido, a distância entre a garagem da empresa e o início da rota.

e) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se dela constar prazo superior, quando então prevalecerá este último.

f) A proposta deverá ser acompanhada de planilha de composição de custos (benefício/manutenção/combustível), em R\$ (reais) ou percentual, por quilômetro percorrido, a ser cobrado pelo transporte, nele embutidos todos os dispêndios e vantagens, inclusive os de natureza financeira e fiscal;

g) o preço ofertado é fixo e irrevogável pelo prazo de um ano e deverá ser apresentado com precisão de duas casas decimais, salvo o previsto no item 8.1 deste instrumento. Caso seja verificado erro nas operações aritméticas será levado em consideração o valor unitário do quilômetro.

h) Atestado original da visita técnica efetuada, expedido pela Secretária de Educação, conforme item 2.2 e 2.2.1.



# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.2.4. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas ecusto, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas asdespesas diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presentelicitação.

6.2.5. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste edital.

6.2.6. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distraçõesna apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisqueracrécimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza, ou mesmo durante a sessão de julgamento do procedimento.

6.2.7. Os preços ofertados devem ter como referência o pagamento em 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota Fiscal.

6.2.8. A Prefeitura emitirá a ordem de serviço 10 (dez) dias úteis antes da execução, **devendo constar da proposta, declaração de cumprimento deste item, pela proponente.**

6.2.9. Nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente da proponente. O descumprimento deste item não acarreta a desclassificação da proposta da licitante.

6.2.10. Assinatura e identificação do responsável pela empresa (sócio(a) ou diretor(a)).

## **6.3. Do envelope N.º 02 - Documentos de Habilitação:**

### 6.3.1. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

6.3.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

6.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### 6.3.2. A documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

6.3.2.1. Atestado(s) de desempenho(s) anterior(es), em nome da licitante, de serviço,pertinente e compatível com o objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando local, natureza, volume, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado, admitida a somatória de atestados, prazos e outros dados característicos da execução do serviço realizado.

6.3.2.2.Declaração da empresa licitante de que disponibilizará no momento oportuno, na hipótese de ser vencedora do certame, a frota de veículos e funcionários necessários para a plena execução do objeto contratado, sem prejuízo de sua adequada prestação sob pena de incorrer nas sanções legais pertinentes;

### 6.3.3. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consiste em:

6.3.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

## Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.3.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

6.3.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS);

6.3.3.4. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal (contendo no mínimo regularidade para os tributos mobiliários);

6.3.3.5. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.3.6. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

### 6.3.4. A documentação relativa à Regularidade Econômica-Financeira consiste em:

6.3.4.1. Comprovação da Proponente possuir Capital Social ou Patrimônio Líquido registrado no respectivo órgão competente até a data desta licitação, correspondente à 10% do valor máximo estimado da contratação, conforme disposto no parágrafo 3º, artigo 31, da Lei Federal nº 8666/93 com suas alterações.

6.3.5. Balanço patrimonial e demonstração do resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

6.3.5.1. No caso de sociedades por ações o balanço poderá ser apresentado apenas por sua publicação em jornal na forma prevista em lei.

6.3.5.2. O balanço patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário", acompanhados de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento, os quais deverão estar registrados nos Órgãos oficiais competentes.

6.3.6. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (ILC), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 6.3.5, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$ILC = ( AC \div PC )$$

onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

6.3.7. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (ILG), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 6.3.5, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$ILG = [ (AC + RLP) \div (PC + ELP) ]$$

onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.3.8. Apresentação do cálculo do Grau de Endividamento (GEN), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 6.3.5, demonstrando possuir índice menor ou igual a 0,50 (zero vírgula cinquenta). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$\text{GEN} = [ (\text{PC} + \text{ELP}) \div \text{AT} ]$$

onde:

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

6.4. Certidão negativa de falência, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data fixada para abertura das propostas.

6.4.1. Será aceita a participação de empresas em recuperação judicial que já estiverem com o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital. (Conforme Súmula nº 50 do TCE/SP).

6.5. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

6.6. Quando a licitante for empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

6.6.1. Nesse caso, a licitante deverá ter representante residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

6.7. As fotocópias da documentação exigida poderão ser apresentadas no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6.8. As licitantes inscritas no Registro Cadastral da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, poderão apresentar o respectivo cartão, com prazo de validade em vigor na data prevista para sessão de abertura deste certame, no envelope "DOCUMENTAÇÃO", o qual **substituirá** as exigências habilitatórias constantes nos **itens 6.3.1, em sua totalidade** e no **subitem 6.3.3.1**.

## 6.9. DECLARAÇÕES / OUTROS

6.9.1. As empresas licitantes deverão **apresentar declaração** sob as penas da lei, nos termos do anexo VII, devidamente assinada pelo representante legal de que:

a) inexistem impedimentos para contratar com a Administração Municipal.

b) que, para fins do disposto no inciso V, do art.27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, que se refere à observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

c) que se obriga a manter durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

d) indicação de quem assinará o termo de compromisso na hipótese de sagrar-se vencedor, conforme modelo do TCE:

## Pela CONTRATADA:

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_

## 6.10. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.10.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.10.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

6.10.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 6.10.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

## 7. DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

7.1. Os procedimentos a serem adotados para a realização do pregão observarão o disposto no Decreto Municipal n.º 5.268/03 e os seguintes:

7.1.1. No dia, hora e local designados neste edital, as licitantes deverão estar legalmente representadas por sócio, diretor ou por terceiros devidamente credenciados, com poderes específicos para formulação de lances verbais e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.1.2. Instalada a sessão pública do pregão, após o credenciamento dos participantes, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas comerciais. Em seguida, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos deste edital.

7.1.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação do proponente e também aquelas acima da média estimada para a licitação.

7.1.2.2. As propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços.

7.1.3. No curso da sessão, uma vez definida a classificação provisória, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes ofertantes de propostas de preços até 10% superiores a menor

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

proposta, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.1.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.3.2. Não serão homologados lances com valores superiores ao estimado pela Administração.

7.1.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.1.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.1.5. No caso de empate em duas ou mais propostas, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.1.5.1. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.1.4 deste edital, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese do item 7.1.4.1 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.5.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.1.4.1. deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique, aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.1.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta que oferecer menor preço com o parâmetro de preço definido no termo de referência constante nos autos, bem como sua exequibilidade.

7.1.7. O pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados.

7.1.7.1. Não serão aceitos lances cujos valores forem iguais ou maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado.

7.1.7.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais relativos a este item, ficando sua última proposta registrada para classificação definitiva ao final da etapa.

7.1.7.3. Todos os lances ofertados serão registrados em uma lista de classificação provisória que, ao final, será substituída por uma lista de classificação definitiva.

7.1.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de 0,5% (meio por cento) entre os lances, aplicável ao preço total para o item em que a licitante concorrer, inclusive em relação ao primeiro.

7.1.9. Os representantes dos licitantes poderão comunicar-se livremente com suas sedes por meio de seus telefones celulares ou outro meio eletrônico disponível desde que não atrapalhem o bom andamento da sessão de julgamento.

7.1.10. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro procederá à classificação definitiva das propostas, a qual terá como critério o menor preço, observados os prazos máximos para

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

entrega, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

7.1.11. Examinada a proposta classificada definitivamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

7.1.12. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação do proponente classificado em primeiro lugar.

7.1.13. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante classificado e habilitado será declarado vencedor.

7.1.14. Se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

7.1.15. Ao licitante que tiver a intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, e demais atos decorrentes da sessão, somente lhe será dada a palavra ao final da sessão, quando este poderá manifestar-se.

7.1.16. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes franqueada vista imediata aos autos.

7.1.16.1. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.1.16.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante conforme previsto no item 7.1.16, importará na decadência do direito de recurso e na declaração do pregoeiro do licitante vencedor.

7.1.17. Decididos, quando for o caso, os recursos, o pregoeiro declarará o vencedor da licitação, encaminhando os autos do processo à autoridade competente, para homologação do certame e adjudicação do objeto, podendo revogar a licitação nos termos da Legislação em vigor.

7.1.18. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia da Administração, até a expirar-se a validade das propostas apresentadas.

7.1.18.1 Superada a etapa da assinatura do termo de compromisso, as licitantes deverão retirar os envelopes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o qual os mesmos serão eliminados.

7.1.19. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras em partes essenciais, e desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital.

7.1.20. Nas situações previstas nos itens 7.1.5 e 7.1.6, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

7.1.21. Para efeito da avaliação da qualidade dos produtos licitados, poderá a Contratante realizar inspeções e demais diligências nas instalações das Licitantes, se julgar necessárias, ou solicitar a juntada de laudos técnicos expedidos por entidades oficiais ou particulares, de reconhecida idoneidade;

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

7.1.22. O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, verificar a exatidão das informações prestadas pelos licitantes. Caso seja constatada a inveracidade de alguma informação, o licitante sofrerá as penalidades cabíveis.

## **8. DO PRAZO E DO PREÇO**

8.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da “ordem de serviços” emitida pela Secretaria de Educação, órgão fiscalizador dos serviços, podendo ser prorrogado, a critério da PMETRP, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei 8.666/93.

8.1.1. Os preços dos serviços poderão mediante requerimento escrito da contratada, ser reajustados a cada 12 (doze) meses de execução dos serviços, ou no menor período em que a legislação vier a permitir. Os reajustes serão calculados com base no IPC/FIPE, ou outro que o município adote como oficial.

## **9. DA HOMOLOGAÇÃO**

9.1. A homologação do presente certame proceder-se-á pela autoridade competente, ato que será praticado após o julgamento e decurso dos prazos recursais ou a decisão dos recursos eventualmente interpostos.

## **10. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1. A proponente vencedora terá que executar os serviços em conformidade com as especificações constantes dos itinerários de cada rota que integra a presente licitação, sob pena de, não o fazendo, ser rescindido unilateralmente o contrato e ser-lhe aplicadas as penalidades administrativas previstas neste edital.

10.2. Quando ocorrer a interrupção da prestação de serviços devido à quebra do veículo de propriedade da proponente vencedora ou algo de semelhante natureza, a mesma terá que imediatamente colocar outro veículo com características daquele danificado, para concluir a viagem daquele dia e executá-la nos dias subsequentes, até que o veículo utilizado diariamente esteja disponível para realização dos trabalhos, sob pena de, não o fazendo, ser rescindido unilateralmente o contrato e ser-lhe aplicadas as penalidades administrativas previstas neste edital.

10.3. Quando ocorrer o não cumprimento integral do percurso de determinada rota, o Município deixará de efetuar o pagamento da quilometragem não executada.

10.4. Havendo necessidade de desativação de determinada escola, o Município rescindir, de plano, o contrato de transporte de alunos para esta, não cabendo a empresa contratada qualquer espécie de indenização.

10.5. A proponente contratada fica obrigada a manter durante a vigência do contrato com o Município, seguro de vida dos passageiros (alunos), sob pena de, não o fazendo, ser rescindido unilateralmente o contrato e ser-lhe aplicadas as penalidades administrativas previstas neste edital.

10.6. A proponente contratada será única e exclusiva responsável pelo atendimento das legislações: fiscais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas, segurança e medicina do trabalho, ambientais, equipamentos de proteção individual dos seus funcionários e seguros em geral.

10.7. A proponente contratada responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados por seus empregados credenciados ao Município e/ou terceiros, no local de trabalho ou endereço diferente deste.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

10.8. É vedada a proponente contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência do Município.

10.9. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que, a proponente contratada deixe decumprir as obrigações nele avençadas.

10.10. A proponente contratada deverá providenciar a imediata substituição do veículo danificado, a fim de evitar a paralisação dos serviços de transporte de estudantes, inclusive, proceder o traslado dos alunos para outro veículo, no caso dos defeitos serem verificados durante o percurso da respectiva linha, sob pena de serem aplicadas as penalidades correspondente a 2% sobre o valor total da fatura mensal para cada ocorrência verificada.

10.11. A proponente contratada deverá fornecer além do veículo, material, corrente de socorro em caso de uso em dias de chuva, ferramentas e pessoal necessário para a execução do objeto da licitação, incumbindo-se inclusive da limpeza necessária do veículo.

10.12. A proponente contratada se responsabilizará, em relação aos estudantes (passageiros) e a terceiros, pelos danos que resultarem de sua imperícia, negligência e imprudência, inclusive pela culpa de seus empregados/prepostos/subcontratados, segundo os princípios gerais da responsabilidade.

10.13. A proponente contratada deverá proceder revisões periódicas no(s) veículo(s). Sendo que, fica a administração pública autorizada a proceder a vistoria no(s) veículo(s), caso seja constatada a ausência ou deficiência em quaisquer itens de segurança ou nas condições adequadas ao transporte de alunos, deverá a contratada providenciar a imediata substituição do veículo na respectiva Linha, sob pena de ser rescindido o contrato, sem prejuízo das demais cominações legais.

10.14. As linhas e seus respectivos trajetos poderão sofrer alteração de quilometragem, havendo alteração para maior será realizado aumento quantitativo na quilometragem, da mesma forma, se houver redução ou supressão de linha, haverá a necessária adequação, em ambos os casos, ocorrerá revisão no valor do presente contrato, tanto para maior como menor.

10.15. Poderá da mesma forma, ocorrer redução de rotas, por força da aquisição de veículos para transporte escolar por parte da administração municipal.

10.16. A quilometragem das rotas que compõe o objeto poderá sofrer alteração de acordo com a quantidade de alunos, podendo, inclusive, dentro da conveniência da Secretaria de Educação, haver modificação no percurso, desde que seja para atender ao princípio do interesse público e melhor aplicação do erário, sem que com isto resulte para a contratada o direito à alteração no preço apresentado e / ou qualquer indenização.

10.17. O trajeto das rotas deverá ser fielmente cumprido pela contratada, podendo, de acordo com a necessidade que se apresente (inserção ou exclusão de alunos), haver alteração nas mesmas, o que será comunicado a esta pela contratante.

10.18. A quantidade de quilômetros especificada nas rotas referem-se a uma previsão do total dos percursos (ida e volta) por dia, sendo que somente serão pagos os quilômetros efetivamente rodados / dia, podendo, ainda, haver diminuição no total destes quilômetros, de acordo com a quantidade de alunos presentes em determinados dias, em virtude de que este fato poderá ocasionar a desnecessidade de saída de algum veículo ou que o mesmo passe por algum ponto designado, sendo que esta ocorrência será demonstrada pelo atestado de medição dos serviços prestados, emitido pela contratada até o 5º (Quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência.



# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

10.19. Para a utilização do transporte escolar os alunos serão cadastrados junto à Secretaria de Educação. A lista será passada para a empresa que somente pode transportar os alunos pré-cadastrados.

10.20. A Contratada deverá entregar e receber os alunos nos pontos pré-estabelecidos pela Secretaria de Educação, sendo o mais próximo possível das residências e das escolas, bem como não poderão deixar os alunos à espera no início e término das aulas por mais de 30 (trinta) minutos.

10.21. A proponente contratada deve cumprir as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito Brasileiro, em especial ao Capítulo XIII – Condução de Escolares, ficando o contratado sujeito afiscalização dos órgãos competentes.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

11.1. A empresa contratada reconhece, que é responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente ensejar ao MUNICÍPIO ou a TERCEIROS, em decorrência de sua imprudência, negligência ou imperícia, correndo às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações que tais danos possam motivar.

11.2. A empresa contratada responsabiliza-se, ainda, pela seleção e contratação de seus empregados, registro dos mesmos, pagamento dos respectivos salários e demais vantagens trabalhistas decorrentes da relação de emprego, bem como pelo recolhimento dos encargos previdenciários incidentes sobre a folha do mês.

11.3. No ato de recebimento de qualquer valor correspondente à execução dos serviços mencionados neste instrumento, a contratada terá que apresentar a folha de pagamento de seus empregados do mês imediatamente anterior, juntamente com as guias de recolhimento do I.N.S.S. e F.G.T.S., devidamente quitadas, à responsável pelo transporte escolar, sob pena de não ser-lhe efetuado o pagamento daqueles serviços.

11.4. A empresa contratada também é responsável por todos os encargos fiscais resultantes da execução do contrato, sejam da esfera federal, estadual ou municipal, inexistindo solidariedade do Município relativamente a estas obrigações, inclusive das que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

11.5. Executar os serviços objeto deste Contrato, de acordo com as instruções estabelecidas pela Prefeitura, em consonância com o conteúdo da proposta apresentada na Licitação.

11.6. Realizar, a cada quatro meses, revisão e/ou manutenção preventiva, apresentando documento comprobatório junto ao gestor da Secretaria de Educação, que deverá fiscalizar o prazo de entrega do documento.

11.7. Os serviços deverão ser executados por empregados da contratada, que garantirá a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades e as exigências da contratante;

11.8. A contratada deverá orientar os seus empregados para agirem sempre com respeito, urbanidade, responsabilidade, seriedade, dentre outras características que contribuam com a boa, eficaz, qualitativa e perfeita execução do objeto contratado, devendo, ainda, ser sempre observada, impreterivelmente, a pontualidade no cumprimento das obrigações assumidas, a fim de evitar-se a ocorrência de prejuízos em geral, sendo que o descumprimento de qualquer uma destas exigências acarretará na aplicação de sanções à contratada;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

11.9. Os empregados da contratada devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados), ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades a serem executadas;

11.10. É de responsabilidade exclusiva da contratada a disponibilização de profissional para o controle de embarque e desembarque dos veículos, sem que isto represente qualquer ônus à contratante ou aos alunos que utilizam a rota;

11.11. A contratante poderá solicitar que seja afastado imediatamente do serviço o empregado que não se portar convenientemente ou que não atenda à execução dos serviços de forma adequada e correta;

11.12. A contratada será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus empregados causarem a esta Administração ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência do fato, o valor correspondente ao dano e / ou prejuízo causado.

11.13. É vedado à contratada substituir qualquer empregado cadastrado sem prévia e expressa comunicação à contratante.

11.14. A contratada conforme o caso deverá manter em dia o registro de seus empregados a serviço da contratante, em livro próprio ou em fichas, devidamente rubricados e legalizados pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, atualizar as anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada empregado e exibir os livros e/ou fichas mencionadas ou documento equivalente, sempre que solicitado pela contratante.

11.15. São, ainda, obrigações da contratada:

11.15.1. Fornecer todos os equipamentos de segurança (EPIs) aos seus empregados e os veículos no mais perfeito estado de uso e conservação, especialmente no tocante à segurança;

11.15.2. Exigir que os seus empregados mantenham a disciplina nos locais de execução dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente, sendo vedado o manejo do aludido empregado para execução de outro serviço contratado;

11.15.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

11.15.4. Manter empregados fixos em plenas condições para a execução dos serviços objeto desta licitação, bem como, manter todos os empregados treinados e orientados quando em substituição por licença médica, folga ou falta dos titulares;

11.15.6. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal e as Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho;

11.15.7. Responder, de imediato, à contratante com reposição e/ou ressarcimento do prejuízo constatado, pelos danos e avarias causados por seus empregados e preposto ao Patrimônio Público, decorrentes de sua culpa ou dolo no exercício de suas atividades;

11.15.8. Prestar os serviços com técnicas dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pela contratante;

11.15.9. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações e orientações sobre seus serviços;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

11.15.10. Responsabilizar-se, por eventuais paralisações, por parte e iniciativa dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à contratante e sem deixar de atender a execução dos serviços nos moldes contratados;

11.15.11. Manter as portas de emergência do veículo devidamente sinalizadas, inclusive com orientação da forma correta de seu acionamento;

11.15.12. Orientar os seus empregados quanto ao preenchimento correto dos discos dos tacógrafos e deve ter um procedimento de controle destes discos para verificar periodicamente se os limites de velocidade estão sendo respeitados, sendo que todos estes documentos devem ser arquivados na sede da empresa pelo prazo legal e enviados a Secretaria sempre que solicitado.

11.16. São obrigações dos motoristas da contratada:

- a) Respeitar a sinalização de trânsito e os limites de velocidade respectivos;
- b) Tomar conhecimento, antecipadamente, do itinerário a ser percorrido;
- c) Nunca ler ou mexer no celular enquanto estiver dirigindo;
- d) Nunca dirigir de chinelo ou similar, ou seja, usar sempre o calçado adequado;
- e) Nunca dirigir sob efeito de álcool ou drogas;
- f) Transitar sempre com faróis baixo acesos;
- g) Diminuir a velocidade aumentando a distância do veículo que segue a frente, quando o tempo estiver chuvoso ou sob neblina;
- h) Adotar sempre boas práticas de direção defensiva;
- i) Dar preferência à passagem de pedestres que estiverem na via;
- j) Guardar ferramentas e carga em local apropriado, nunca em corredores ou junto aos passageiros;
- k) Nunca transportar passageiros em pé ou sentados nos corredores;
- l) Estacionar sempre em local permitido e nunca interromper vias ou passagem em geral;
- m) Não transportar nenhum tipo de produto químico dentro do veículo e nem no bagageiro;
- n) Não transportar animais;

### **12. CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

12.1.1. A apresentação dos documentos que se seguem abaixo e o contido no Anexo III - Rotas:

12.1.1.1. Dos veículos:

- a) Relação dos veículos que efetivamente irão transportar os alunos.
- b) Autorização de circulação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s), emitida por órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, para condução coletiva de escolares,

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

conforme Código de Trânsito Brasileiro, com ano de fabricação ou modelo igual ou superior ao estipulado em cada item, sendo este limite mínimo para execução do objeto desta licitação.

c) CRLV dos veículos que prestarão os serviços bem como dos reservas.

d) Apresentar os veículos para vistoria juntamente com documentação completa e com certificado de propriedade, admitindo-se situação de financiamento em sistema de Leasing, contrato de locação ou de comodato.

e) Apresentar apólice de seguro, para cada veículo em serviço, com cobertura total para os passageiros, com vigência durante todo o prazo contratual.

## **12.1.1.2. Dos motoristas:**

a) Relação dos motoristas que efetivamente irão transportar os alunos bem como cópia dos documentos de renovação de cursos no DETRAN dos condutores ou outro órgão autorizado.

b) Certidão (atestado) emitida pelo DETRAN que comprove que o(s) condutor(es) do veículo(s) a ser(em) utilizado(s) não cometeu nenhuma infração grave ou gravíssima ou que o mesmo não seja reincidente em infrações médias, durante os últimos 12 (doze) meses;

c) CNH dos motoristas.

d) Comprovação do vínculo empregatício do motorista.

e) Certidão negativa de registro de distribuição criminal relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 05 anos.

f) Atestado de antecedentes criminais do(s) condutor(es) do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s).

## **12.1.1.3. Dos monitores cuja idade não poderá ser inferior a 18 anos:**

a) Relação dos monitores que efetivamente irão acompanhar o transporte dos alunos.

b) Cópia da Cédula de Identidade;

c) Comprovação de Aptidão Física e Mental;

d) Comprovação de Conhecimento de Primeiros Socorros

e) Comprovação do vínculo empregatício do monitor.

f) Comprovação de Formação para Monitor de Transporte Escolar, dentro da validade;

g) Atestado de Antecedentes Criminais;

h) Certidão negativa de registro de distribuição criminal relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 05 anos;

## **13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1. Para recebimento do pagamento pela prestação de serviços, a licitante vencedora emitirá as respectivas faturas.

13.2. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Secretaria de Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

13.3. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura que deverá ser retirado no setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

13.4. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste o índice que vier a substituí-lo, entre a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

## **14. PENALIDADES**

14.1. A licitante vencedora, que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir qualquer dos preceitos legais, serão aplicadas as penalidades previstas Cláusula Sétima da Minuta de Contrato, que faz parte integrante deste edital.

## **15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

15.1. Além do recurso administrativo já referido neste edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal n.º 5.269/03, e pela Lei Federal n.º 8.666/93 observados os procedimentos aqui previstos.

15.2. Os recursos cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, serão dirigidos a Senhora Secretária de Educação, por intermédio do Pregoeiro, devendo ser protocolizados na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, 288, Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 16:00 horas dos dias úteis.

## **16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. As eventuais despesas quando da utilização dos serviços oriundos do presente Pregão correrão por conta das dotações orçamentárias codificadas sob n.º: 3.3.90.39.00 12.361.0044.2.021; 3.3.90.39.00 12.361.0049.2.054; 3.3.90.39.00 12.361.0049.2.057; 3.3.90.39.00 12.361.0051.2.066; 3.3.90.39.00 12.365.0044.2.021; 3.3.90.39.00 12.365.0048.2.043; 3.3.90.39.00 12.365.0048.2.044; 3.3.90.39.00 12.365.0048.2.046; 3.3.90.39.00 12.365.0051.2.066.

16.2. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Edital de Pregão, ou ainda impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no artigo 16 do Decreto 5269/03 e no art. 41, § 2º, da Lei 8.666/93. Tal impugnação deverá ser protocolizada na Gerência de Suprimentos cujo endereço consta no preâmbulo deste.

16.2.1. A autoridade superior deverá decidir sobre a impugnação, no prazo legal, antes da abertura do certame.

16.2.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do presente Pregão.

16.3. Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estabelecido acima, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e suas partes integrantes, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados neste Pregão.

16.4. A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste Pregão, até o trânsito em julgado da pertinente decisão.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

16.5. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada da apresentação de CPF e RG, em se tratando de pessoa física; e, em se tratando de pessoa jurídica, do respectivo Ato Constitutivo (por documento original, cópias autenticadas ou cópia simples para serem autenticadas por servidor da Gerência de Suprimentos antes do protocolo da referida impugnação).

16.5.1. Caso a impugnação seja assinada por procurador, deverá anexar o Instrumento de Procuração que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

16.6. A licitante vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação por escrito e autorização da Prefeitura, assinar o Compromisso de Fornecimento na pessoa do representante legal, ou de mandatário devidamente habilitado para tanto.

16.7. Os autos do processo de licitação somente terão vista franqueada aos interessados a partir da intimação das decisões recorríveis.

16.8. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente dos envelopes.

16.9. Nos termos do Decreto Municipal n.º 6.679/17, o pregoeiro designado para a presente licitação é o Sr. Adriano Dias Campos, auxiliado pela equipe de apoio nomeada pelos Decretos n.º 6.681/17; 6808/18 e 6889/19. Na ausência do Pregoeiro designado, procederá a licitação qualquer outro pregoeiro presente, nomeado pelo decreto acima.

Ribeirão Pires, 21 de Fevereiro de 2020.

**ADRIANO DIAS CAMPOS**  
Pregoeiro

**FLÁVIA REGINA BANWART E SILVA**  
Secretária de Educação

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## A N E X O I - MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

### PREGÃO N.º 22/2020

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., inscrição estadual n.º ....., estabelecida à Av./Rua ....., n.º ....., bairro....., na cidade de ....., telefone....., fax ....., vem pela presente apresentar anexa sua proposta de preços para **contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino**, conforme segue:

ITEM	KM /ANO	Descrição Serviços	Valor por KM	Valor Total
01	47.444	<b>Veículo Tipo “Ônibus”</b> , com capacidade mínima para 40 lugares passageiros, mais o motorista e monitor, ano de fabricação não inferior a 2010.		
02	66.137	<b>Veículo Tipo “Van”</b> , com capacidade mínima para 15 passageiros mais o motorista e monitor, ano de fabricação não inferior a 2010.		
03	85.438	<b>Veículo Tipo “Micro Ônibus”</b> , capacidade mínima para 20 passageiros mais o motorista e monitor, ano de fabricação não inferior a 2010.		
<b>Valor Total da Proposta:</b>				

OBSERVAÇÃO: Quantidade Estimativa de Veículos:

- a) 03 (três) Ônibus;
- b) 06 (seis) Vans;
- c) 08 (oito) Micro Ônibus

1 - Os preços ofertados têm como referência o prazo para pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura. Nos preços estão inclusas todas as despesas com o fornecimento, inclusive tributos, encargos e todas as demais despesas e/ou descontos que porventura possam recair sobre a execução dos serviços.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

2 - A empresa compromete-se a cumprir a ordem de serviço em 10 (dez) dias úteis, emitida pela Contratante.

3 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura dos envelopes "PROPOSTA".

4 - Apresentamos, conforme exigido, nossos dados bancários:

NOME DO BANCO ..... N° .....

NOME DA AGÊNCIA ..... N° .....

NÚMERO DA CONTA .....

5 - Declaramos conhecer e nos submeter integralmente a todas as demais cláusulas e condições do Edital de Licitação, Anexos, integrantes desta proposta.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.  
(assinatura do responsável pela empresa)  
Nome/Cargo



**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	KM /ANO	Descrição Serviços	Valor por KM	Valor Total
01	47.444	<b>Veículo Tipo “Ônibus”</b> ,com capacidade mínima para 40 lugares passageiros, mais o motorista e monitor, ano de fabricação não inferior a 2010.	15,87	752.936,28
02	66.137	<b>Veículo Tipo “Van”</b> , com capacidade mínima para 15 passageiros mais o motorista e monitor, ano de fabricação não inferior a 2010.	14,79	978.166,23
03	85.438	<b>Veículo Tipo “Micro Ônibus”</b> , capacidade mínima para 20 passageiros mais o motorista e monitor, ano de fabricação não inferior a 2010.	16,30	1.392.639,40
<b>Valor Total da Proposta:</b>				3.123.741,91

OBSERVAÇÃO: Quantidade Estimativa de Veículos:

- a) 03 (três) Ônibus;
- b) 06 (seis) Vans;
- c) 08 (oito) Micro Ônibus

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO III – ROTAS

E.M. HERBERT DE SOUZA:

NÚMERO DE ALUNOS	VEÍCULO	HORÁRIO	KM RODADO - IDA/VOLTA
06	Van	Manhã	54,17
17		Tarde	

E.M. JOÃO MIDOLLA:

NÚMERO DE ALUNOS	VEÍCULO	HORÁRIO	KM RODADO - IDA/VOLTA
30	Micro Ônibus e Van	Manhã	141,93
40		Tarde	

E.M. MARIA SIQUEIRA DE PAULA:

NÚMERO DE ALUNOS	VEÍCULO	HORÁRIO	KM RODADO - IDA/VOLTA
31	Micro Ônibus e Van	Manhã	112,24
42		Tarde	

E.M. SEBASTIÃO VAYEGO DE CARVALHO:

NÚMERO DE ALUNOS	VEÍCULO	HORÁRIO	KM RODADO - IDA/VOLTA
133	Ônibus; Micro Ônibus e Van	Manhã	434,84
198		Tarde	

E.M. YOSHIHIKO NARITA

NÚMERO DE ALUNOS	VEÍCULO	HORÁRIO	KM RODADO - IDA/VOLTA
33	Micro ônibus e Van	Manhã	46,58
25		Tarde	

OBSERVAÇÃO:

- 1- Quilometragem estimada diária.
- 2- Média de 21 (vinte e um) dias úteis cada veículo.
- 3- Mapas em anexo para conhecimento e elaboração de proposta.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO IV

### MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

A empresa....., inscrita no CNPJ/CGC/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av. ...., nº....., tendo como representante legal o(a) Sr(a) .....(citar o cargo), CREDENCIA o(a) SR.(a)....., portador da carteira de identidade nº....., para representá-la perante a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires - SP, na licitação Pregão, nº \_\_\_\_/\_\_, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, manifestação quanto à intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

(local, data )

.....  
Nome/assinatura  
Cargo

#### Observações:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES.**

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO V

### Declaração Prévia de Habilitação

À

**Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**PREGÃO N.º 22/2020**

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino.

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_ (endereço completo), neste ato representada pelo seu \_\_\_\_\_ (representante legal / sócio / procurador), o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (nome), portador do RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, em atenção ao edital do Processo Licitatório supramencionado, **DECLARA** pleno atendimento aos requisitos de habilitação, estando ciente que, constatada a inveracidade de quaisquer das informações e/ou de documentos fornecidos, poderá sofrer as sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/02.

(local, data)

.....  
Nome/assinatura  
Cargo

#### **Observações:**

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES.**

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO VI

### Modelo de Declaração de ME e EPP

#### PREGÃO Nº 22/2020

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como \_\_\_\_\_ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

#### Observações:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO VII

### Modelo de Declaração

**REF.: Edital Pregão Presencial nº 22/2020**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da lei, para fins de habilitação no edital de **PREGÃO PRESENCIAL N.º \_\_\_\_/2020**, promovido pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, que:

a) não existem impedimentos para contratar com a Administração Municipal;

b) para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

c) que se obriga a manter durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame.

e) Indicação de quem assinará o termo de contrato na hipótese de sagrar-se vencedor:

#### **Pela CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.020.

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

#### **Observação:**

**Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.**

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO VIII

### Modelo de Atestado de Visita Técnica

**REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2020**

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_ estabelecida na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, no endereço \_\_\_\_\_, telefone n. \_\_\_\_\_, fac-símile n. \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, e do CPF n. \_\_\_\_\_, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires-SP, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e, plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE**

(NOME DA EMPRESA)

**NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL (PREFEITURA RIB. PIRES)**

Cargo Completo

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO IX

### DECLARAÇÃO

**REF.: Edital de Pregão Presencial nº 22/2020**

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao item 2.2.1 do edital, que está ciente das rotas a serem executadas, e cumprirá o objeto do presente edital, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL e na minuta de CONTRATO.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA



# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º \_\_\_\_/2020 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Termo de Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, denominada CONTRANTE e a empresa \_\_\_\_\_, denominada CONTRATADA, para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino, oriundo do Pregão n.º 22/2020 e do Processo de Compras n.º 739/2020.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte, nas dependências da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, compareceram entre si, justas e contratadas, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, sito na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, Sr.ª Flávia Regina Banwart e Silva, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, denominada CONTRATADA, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, bairro, cidade, estado, CEP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG. \_\_\_\_\_ representante legal, perante as testemunhas ao final nomeadas, foi dito que vinham assinar o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas da Lei n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94, e as cláusulas a seguir estabelecidas.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. Por força do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino, conforme roteiro constante do Anexo III do edital, que faz parte integrante deste Termo de Contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO**

2.1. Com a execução dos serviços objeto do presente Termo de Contrato, a CONTRATADA receberá o valor por quilômetro efetivamente rodado, consoante de sua proposta de preços, inserta as fls. \_\_\_\_, bem como da fase de lance de preços, inserta às fls. \_\_\_\_, do Processo de Compras n.º 739/2020, perfazendo o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (reais) para o presente Termo de Contrato.

2.2. Nos preços apresentados na proposta comercial deverão estar contemplados todos os custos diretos, indiretos e benefícios necessários à perfeita execução do objeto desta contratação.

2.3. As despesas com a contratação do presente Termo de Contrato será coberta com recursos classificados na dotação orçamentária sob n.º 3.3.90.39.00 12.361.0044.2.021; 3.3.90.39.00 12.361.0049.2.054; 3.3.90.39.00 12.361.0049.2.057; 3.3.90.39.00 12.361.0051.2.066; 3.3.90.39.00 12.365.0044.2.021; 3.3.90.39.00 12.365.0048.2.043; 3.3.90.39.00 12.365.0048.2.044; 3.3.90.39.00 12.365.0048.2.046; 3.3.90.39.00 12.365.0051.2.066.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da emissão de nota fiscal.

3.2. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

3.3. A Fatura/Nota Fiscal que apresentar-se com erro será devolvida a CONTRATADA para verificação e reapresentação e implicará na suspensão da contagem de prazo para fins de pagamento.

3.4. Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será iniciada a contagem de prazo de 05 (cinco) dias, somente após a regularização da documentação fiscal.

3.5. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste, o índice que vier a substituí-lo, entre a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

3.6. A extensão total da rota poderá variar conforme itinerário estipulado pela Secretaria de Educação da CONTRATANTE e/ou ser revista, a qualquer tempo, sendo que eventual alteração, comprovadamente necessária, deverá ser acatada pela CONTRATADA mesmo que ocorra redução de percurso e o valor do Km também poderá variar de acordo com os quilômetros e baseada na planilha de composição de custo.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

4.1. O prazo de vigência do presente Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da “ordem de serviços” emitida pela Secretaria de Educação, órgão fiscalizador dos serviços, podendo ser prorrogado, a critério da PMETRP, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei 8.666/93.

4.1.1. Os preços dos serviços poderão mediante requerimento escrito da contratada, ser reajustados a cada 12 (doze) meses de execução dos serviços, ou no menor período em que a legislação vier a permitir. Os reajustes serão calculados com base no IPC/FIPE, ou outro que o município adote como oficial.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. A prestação dos serviços, objeto desta avença, será executado diretamente e sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vedada a contratação de terceiros sem a anuência da CONTRATANTE, por escrito.

5.2. A Contratante emitirá a “ordem de serviço” em até 10 (dez) dias antes da prestação de serviços.

5.3. A CONTRATADA deverá emitir relatório dos serviços prestados, para efeito de pagamento, com aprovação do setor competente da Contratante.

5.4. A CONTRATADA responderá, em caso de paralisação não autorizada dos serviços.

5.5. Não poderá a CONTRATADA paralisar os serviços em decorrência de retenção de pagamentos causados por ele.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **6.1. DA CONTRATADA:**

6.1.1. Adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus prepostos e a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

6.1.2. Responder, civil e criminalmente por todos os danos perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à CONTRATANTE ou terceiros.

6.1.3. Comunicar a Secretaria de Educação da CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.1.4. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela CONTRATANTE, que serão fornecidas por escrito, desde que não infrinjam qualquer condição contratual.

6.1.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

6.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.

6.1.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. (Art. 70 da Lei 8.666/93).

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

6.1.8. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.9. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do originalmente contratado.

6.1.10. Responsabilizar-se-á, direta e exclusivamente, pelos veículos, objeto deste contrato, por todos os danos e prejuízos que, na execução dos serviços, venham, direta ou indiretamente, provocar ou causar a Prefeitura ou a terceiros.

6.1.11. Obrigar-se-á a CONTRATADA a disponibilizar o veículo com seguro (inclusive para terceiros) com franquia por conta da CONTRATADA;

6.1.12. Todas as despesas com manutenção preventiva e corretiva dos veículos são de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora, inclusive substituição de pneus, câmaras, peças, balanceamento, alinhamento.

6.1.13. Disponibilizar os veículos, de acordo com as instruções estabelecidas pela Prefeitura, em consonância com o conteúdo da proposta apresentada na Licitação.

### **6.2. DA CONTRATANTE:**

6.2.1. Aprovar a execução dos serviços;

6.2.2. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Terceira;

6.2.3. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços;

6.2.4. Providenciar a emissão das “ordens de serviços”, bem como das demais ordens de serviços específicas, que a critério da Fiscalização, sejam necessárias para o controle e início de etapas dos serviços pela CONTRATADA.

6.2.5. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato;

6.2.6. Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações dos usuários.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

7.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha à CONTRATADA concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

7.1.2. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

7.1.7. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

7.1.8. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

## **CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1. Independentemente das penalidades estabelecidas na Cláusula Sétima, a CONTRATANTE poderá considerar rescindido este Contrato na ocorrência de quaisquer dos motivos previstos no art. 78, incisos I a XI, da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, podendo a empresa ser declarada inidônea para licitar pelo período de 01 (um) ano.

8.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá rescindir o presente Contrato sem qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito à indenização, se esta:

8.2.1. Abandonar ou suspender a execução dos serviços, salvo por motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE;

8.2.2. Atingir um total de multas aplicadas que supere a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

8.2.3. Ceder ou transferir, no todo ou em parte a execução do presente Contrato a terceiros, sem a prévia autorização da CONTRATANTE, por escrito;

8.2.4. Não acatar ordem da CONTRATANTE para execução de serviços, salvo se suas razões tenham sido prévia e devidamente aceitas;

8.2.5. Der causa à suspensão dos serviços, por determinação das autoridades competentes ou pela falta de cumprimento de prescrições e recomendações técnicas ou administrativas na execução dos serviços.

8.3. Ocorrendo qualquer dos motivos acima enumerados, poderá a CONTRATANTE, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial à CONTRATADA, tomar posse imediata dos serviços já realizados, não cabendo à CONTRATADA qualquer reclamação e/ou indenização.

8.4. Uma vez rescindido este contrato, poderá a CONTRATANTE entregar a conclusão dos serviços objeto do mesmo a quem lhe aprouver, não cabendo à CONTRATADA, direito a qualquer indenização por serviços não realizados, restando a CONTRATANTE as importâncias porventura devidas por serviços já realizados e ainda não pagos, para cobertura das multas, juros e demais encargos em aberto por ocasião de rescisão.

8.5. Não convindo à CONTRATANTE a rescisão do Contrato, poderá ela intervir nos serviços contratados, de maneira que melhor satisfaça a seus interesses, correndo por conta da CONTRATADA todos os custos decorrentes desta intervenção, até o limite do seu preço contratual.

8.6. Caso a CONTRATANTE não exerça o direito de rescindir o presente contrato, poderá ela, a seu exclusivo critério, sustar o pagamento de quaisquer faturas e/ou documentos de cobrança pendentes, até que a CONTRATADA cumpra, integralmente, a condição contratual infringida, ficando esta sujeita a importância das multas previstas neste contrato.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O presente Termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, pelas suas cláusulas, pelo edital de licitação do **Pregão n.º 22/2020** e pela proposta da CONTRATADA, inserta às fls. \_\_\_\_ do Processo de Compras n.º 739/2020.

9.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando, para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

10.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.**

**FLÁVIA REGINA BANWART E SILVA**  
Secretária de Educação

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
RG:                      RG:

2) \_\_\_\_\_

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## AnexoXI

### TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

#### GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Responsáveis que assinaram o ajuste:**

### **Pelo CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Pela CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Advogado:**

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



**ANEXO XII**

**DECRETO DE NOMEAÇÃO**